



## JFES realiza mais de 300 audiências no Movimento Nacional pela Conciliação

*Dentro do espírito da conciliação, a Vara Federal de São Mateus promoveu um mutirão de perícias médicas e buscou solução conjunta para “lixão” do município*

Mais de 300 audiências foram realizadas pela Justiça Federal do Espírito Santo na terceira edição do Movimento Nacional pela Conciliação, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 1º a 5 de dezembro. Cerca de 220 acordos foram obtidos, ou seja, 70% de conciliações, correspondendo a mais de R\$ 850 mil.

O mutirão envolveu processos dos 1º e 2º Juizados Especiais Federais de Vitória, da Turma Recursal do ES e das Subseccionais de Colatina, Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus e Linhares. Foram analisadas ações contra a Caixa Econômica Federal (CEF), além de ações previdenciárias e referentes a expurgos inflacionários de contas de poupança e pedidos de indenização por danos e aposentadorias rurais.

promoveu um mutirão de perícias, com os médicos da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS.

O consultório para a realização das 96 perícias foi montado dentro da Vara Federal, que rearranjou suas instalações para abrigar os autores e os médicos da autarquia previdenciária. O mutirão resultou na formulação de nove propostas de acordo. Destas, oito foram aceitas e homologadas por sentença. Também foram homologados dois acordos em ações previdenciárias, nas quais já havia manifestação das partes.

No mesmo espírito, a Subseccional mateense realizou, ainda, uma audiência envolvendo Procurador da República - MPF, Procurador do Ibama, a Procuradora Jurídica do Município, o Procurador do Iema, o autor da Ação Popular nº 2007.50.03.000715-1, o Secretário



**Cerca de 220 acordos foram obtidos no mutirão realizado nas varas federais da capital e do interior, representando 70% dos mais de 300 processos analisados.**

Em São Mateus, embora tenham sido realizadas 15 audiências de conciliação, não foi possível formular propostas de acordo, uma vez que – por motivo de força maior – o procurador do INSS não pôde estar presente. Contudo, dentro do espírito da “Semana de Conciliação”, a Vara

Municipal de Meio Ambiente, o Secretário de Infra-Estrutura e Transporte, o Procurador da União Federal e o Promotor de Justiça do Estado – MPE, a fim de, conjuntamente, buscar solução para os feitos em trâmite naquele juízo, referentes ao “Lixão de São Mateus”.



Na audiência foi acordado o prazo de 60 dias para o Iema finalizar as análises técnicas sobre o aterro sanitário e apresentar laudo conclusivo. Nesse mesmo período, o Município deverá apresentar soluções alternativas – provisórias e definitivas – para deposição de resíduos sólidos, tal como a contratação de aterro sanitário particular.

Também deverão ser providenciados a construção de aterro sanitário emergencial em outra área, o desenvolvimento de projetos relativos à coleta seletiva e à dignidade dos catadores de lixo, além da análise das possibilidades e restrições orçamentárias sobre as alternativas existentes. Nova audiência foi marcada para 18 de março de 2009.